

Relatório de Monitoramento da Implementação e Cumprimento da Lei Estadual nº. 15.175/2012

Período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2017

EXPEDIENTE

Corpo Gestor do Órgão

Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI

Nome: Hugo Santana de Figueirêdo Junior – Diretor Presidente
Função: Titular do Órgão ou Entidade ou autoridade com subordinação

Nome: Maria Nilce Quinderé Cals – Gerente de Planejamento
Função: Assessor de Desenvolvimento Institucional ou cargo equivalente

Nome: Paulo Sérgio Souto Mota – Assessor de Comunicação e Marketing
Função: Ouvidor Setorial

Nome: Carlos Eugenio Rios Fernandes – Gerente de Tecnologia da Informação
Função: Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Nome: Alyne Valentim Muniz – Assessora da Diretoria
Função: Assessora da Diretoria

01 – Introdução

O presente relatório apresenta os resultados da implantação da lei de acesso a informação na Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS. Está fundamentado no artigo 29 da lei estadual Nº 15.175 de 28 de junho de 2012, cujo conteúdo se apresenta abaixo:

Art.29. O Comitê Setorial de Acesso à Informação publicará, anualmente, nos sítios institucionais de cada órgão e entidade, a veiculação dos seguintes dados:

I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

§1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no caput para consulta pública em suas sedes.

§2º Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Para atendimento das demandas de acesso a informação, inicialmente a comissão avalia se o questionamento apresentado se enquadra como sigiloso. Caso a informação solicitada seja considerada como sigilosa, este entendimento será reportado ao requisitante. Do contrário, o SIC da setorial, juntamente com os outros membros da comissão, serão responsáveis por buscar a informação solicitada junto às outras áreas da empresa.

Os resultados que serão apresentados neste documento foram obtidos através de uma análise dos dados fornecidos pelo próprio sistema SIC, dos seus diversos relatórios pré-definidos.

02 – Análise das solicitações de informações do período

No período especificado neste documento, foram concluídas 28 solicitações de informação, sendo:

FINALIZADO - SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES NO PRAZO – 13;

FINALIZADO - SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO DE 21 A 30 DIAS – 1;

FINALIZADO - SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO COM MAIS DE 30 DIAS – 14;

Em 2016, foram recebidas 25 solicitações de informação, porém foram respondidas 28 solicitações, visto que existiam algumas que não foram concluídas em 2016.

2.1 – Quantidade de Solicitações de Informação por Meio de Entrada;

Internet: 25

Telefone: 3

2.2 – Quantidade de Solicitações de Informação por Classificação (Transparência Ativa, Transparência Passiva, Informação Pessoal, Indeferida e Não Atendida);

ATENDIDA – TRANSFERÊNCIA PASSIVA - 28

2.3 – Assuntos mais demandados apresentando análise e considerações/providências;

FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL: 3

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS: 1

CONCURSO PÚBLICO: 6

CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS E TERMOS DE SOLICITAÇÃO DE AJUSTE: 1

INFORMAÇÃO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO: 1

EFETIVO DE PESSOAL (CARGOS EFETIVOS, COMISSIONADOS, TEMPORÁRIOS, ESTAGIÁRIOS E TERCEIRIZAÇÃO): 3

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO SPU (ANÁLISE, ENCAMINHAMENTO, CONSULTA, PRAZO ARQUIVAMENTO): 1

INFORMAÇÃO SOBRE SALÁRIO DE SERVIDORES: 1

INFORMAÇÃO SOBRE CONCURSO PÚBLICO (REALIZAÇÃO, NOMEAÇÕES, RECURSOS, EDITAIS ETC.): 1

REDE GÁS NATURAL CANALIZADO: 3

INFORMAÇÃO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 1

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: 1

DADOS/INFORMAÇÕES NÃO ENCONTRADAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: 1

LICITAÇÃO (PROCESSO LICITATÓRIO): 1

2.4 – Quantidade de Solicitações de Informação por Município;

Fortaleza - CE: 9

Brasília - DF: 2

João Pessoa – PB: 2

Campina Grande – PB: 1

Redenção – CE: 1

São Paulo – SP: 1

Timon – MA: 1

Não especificado: 11

Total: 28

2.5 – Situação das Solicitações de Informação;

Finalizado: 28

2.6 – Quantidades de Solicitações de Informação que geraram custo;

NÃO INFORMADO: 28

Total R\$ 0,00

2.7 – Resolutividade.

Solicitações Respondidas até 20 dias: 13

Solicitações Respondidas sem prazo prorrogado de 21 a 30 dias: 1

Solicitações Respondidas com mais de 30 dias: 14

Total: 28

03 – Dificuldades para implementação da Lei Estadual nº. 15.175 de 2012

As dificuldades encontradas na implementação das determinações da LAI foram:

- Falta de clareza e objetividade nas descrições das informações solicitadas;
- Falta de entendimento dos usuários das informações a serem solicitadas;
- Algumas informações solicitadas deveriam ser de caráter sigiloso, que por se tratar de uma empresa comercial, registros comerciais, clientes, dentre outras, deveriam ser reclassificados como sendo de acesso restrito;

04 – Benefícios percebidos pela implementação da Lei Estadual nº. 15.175 de 2012

O maior benefício percebido com a implantação deste sistema foi a disponibilização de um canal de comunicação mais eficiente e de amplo acesso da população acerca dos serviços prestados pela Companhia, bem como seus processos internos.

A análise mais crítica das solicitações, apresenta todas as necessidades dos clientes, com isso, tais informações servem como referencial para possíveis melhorias referentes às divulgações de nossas ações;

Outro benefício percebido é a possibilidade da CEGÁS formalizar alguns procedimentos internos, visando disponibilizar de forma mais rápida as respostas solicitadas.

05 – Ações empreendidas pelo Órgão ou Entidade com vistas a melhorar o perfil ou nível da transparência ativa, em virtude das informações solicitadas

As ações realizadas pela CEGÁS para promover a transparência ativa foram:

- Divulgação das informações relacionadas a Lei de Acesso a Informação no site institucional da CEGÁS;
- Criação das áreas de divulgação dos contratos administrativos da CEGÁS no próprio site;
- Mudança de todo o site da CEGÁS visando apresentar um design mais moderno e convidativo e com maior quantidade de detalhamento das informações institucionais da Companhia.
- Atualização das informações divulgadas no site institucional da CEGÁS, visando atender a uma maior quantidade de temas requisitados possível, bem como a um maior público.

06 – Classificações de documentos

São classificadas como reservadas as informações relacionadas aos seguintes assuntos:

- Peça componente de edital de processo licitatório - durante o período de elaboração, execução e conclusão do processo licitatório
- Relatórios de auditoria interna e externa – durante o período de processamento, análise e apresentação da diretoria
- Processo de cotação de preços – durante o período de elaboração, execução e conclusão do processo licitatório

Devem ser classificadas como sigilosas também registros de qualquer tipo referente aos clientes da CEGÁS, o consumo destes clientes, a composição da tarifa do gás enfim, tornar públicas informações que essencialmente sejam particulares.

07 – Considerações Finais

Diante do histórico de solicitações de informação na Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, conclui-se que no ano de 2017 a quantidade de solicitações de informação teve um quantitativo maior que em 2016 e que a maioria dos pedidos foram de informações institucionais, referentes ao concurso público ocorrido naquele ano. Muitas delas constavam no site institucional ou em outros meios de divulgação formal. Algumas que não estavam explícitas, foram avaliadas e serão incluídas também no site, para que este sirva como canal inicial padrão para consulta.

Fortaleza, 29 de março de 2018.

Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI

Nome: Hugo Santana de Figueirêdo Junior – Diretor Presidente
Função: Titular do Órgão ou Entidade ou autoridade com subordinação

Nome: Maria Nilce Quinderé Cals – Gerente de Planejamento
Função: Assessor de Desenvolvimento Institucional ou cargo equivalente

Nome: Paulo Sérgio Souto Mota – Assessor de Comunicação e Marketing
Função: Ouvidor Setorial

Nome: Carlos Eugenio Rios Fernandes – Gerente de Tecnologia da Informação
Função: Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Nome: Alyne Valentim Muniz – Assessora da Diretoria
Função: Assessora da Diretoria